

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 3.172.414 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 27.574.461 mil,

Ativos Totais de R\$ 31.313.572 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 1.354.560 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante		1.039.927	438.848	Circulante		1.160.400	255
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7	96.211	381.681	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.....	18a	1.160.181	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	8	55.889	49.022	Outras Obrigações.....		219	255
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber.....	18a	887.649	7.967	Não Circulante		2.578.711	2.172.739
Valores a Receber.....		178	178	Provisão para Impostos e Contribuições.....	19e	99.931	66.995
Não Circulante		30.273.645	27.832.309	Provisão para Riscos Fiscais.....	12b	1.176.473	946.136
Realizável a Longo Prazo		5.025.034	4.009.181	Outras Obrigações.....	11	1.302.307	1.159.608
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....	8	871.524	527.797	Patrimônio Líquido		27.574.461	26.098.163
Valores a Receber.....	9	1.899.139	1.691.043	Capital Social.....	13a	13.100.000	11.956.580
Depósitos Judiciais.....	12b	1.078.372	919.912	Reservas de Lucros.....	13d	14.543.129	13.868.695
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	19f	779.152	551.885	Outros Resultados Abrangentes.....		(68.668)	272.888
Créditos Tributários.....	19c	396.847	318.544	Total		31.313.572	28.271.157
Investimentos		25.248.611	23.823.128				
Total		31.313.572	28.271.157				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Nota	Exercícios Findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Receitas/(Despesas) Operacionais		3.182.167	3.422.265
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	10	3.080.787	3.423.569
Resultado Financeiro.....	17	240.244	86.381
Dividendos/ICP Recebidos.....	14	3.617	-
Despesas Tributárias.....	15	(141.925)	(87.529)
Despesas Gerais e Administrativas.....	16	(556)	(156)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		3.182.167	3.422.265
Imposto de Renda e Contribuição Social		(9.753)	(6.407)
Lucro Líquido do Exercício		3.172.414	3.415.858
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas.....	13b	4,37	4,70

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	Nota	Exercícios Findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.182.167	3.422.265
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial.....		(3.080.787)	(3.423.569)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....		(202.875)	(69.552)
Provisão para Obrigações Legais.....		141.923	87.526
Lucro Líquido Ajustado		40.428	16.670
Redução Ativos a Valor Justo por meio de Resultado (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.....		(260.895)	2.726
Aumento/(Redução) em Outros Ativos.....		(77.302)	138.161
Aumento/(Redução) em Obrigações.....		(37)	6
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....		(70.882)	(106.922)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais		(368.688)	597.702
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....		267.215	1.244.064
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos		267.215	1.244.064
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....		(183.997)	(1.490.140)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos		(183.997)	(1.490.140)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(285.470)	351.626
Início do Exercício.....		381.681	30.055
Fim do Exercício.....		96.211	381.681
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(285.470)	351.626

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Nota	Exercícios Findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro Líquido do Exercício		3.172.414	3.415.858
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(341.556)	(1.060.227)
- Próprios.....		5.582	10.744
- De Coligadas e Controladas.....		(347.138)	(1.070.971)
Resultado Abrangente do Exercício		2.830.858	2.355.631

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"). A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2023.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e certificados de depósitos bancários (CDB), e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Sociedade aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Sociedade e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 10.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Sociedade, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2022 e de 2021, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 13b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 13e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Abrangentes	Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.956.580	844.432	10.466.110	1.333.115	-	-	24.600.237
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	3.415.858	3.415.858	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(1.060.227)	-	(1.060.227)	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	2.355.631
Destinações: - Reservas.....	-	170.793	2.387.360	-	(2.558.153)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(857.705)	(857.705)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.956.580	1.015.225	12.853.470	272.888	-	-	26.098.163
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	3.172.414	3.172.414	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	(341.556)	-	(341.556)	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	2.830.858
Aumento do Capital Social com Reservas.....	1.143.420	-	(1.143.420)	-	-	-	-
Destinações: - Reservas.....	-	158.621	1.659.233	-	(1.817.854)	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(1.354.560)	(1.354.560)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.100.000	1.173.846	13.369.283	(68.668)	-	-	27.574.461

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Nota	Exercícios Findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro Líquido do Exercício		3.172.414	3.415.858
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(341.556)	(1.060.227)
- Próprios.....		5.582	10.744
- De Coligadas e Controladas.....		(347.138)	(1.070.971)
Resultado Abrangente do Exercício		2.830.858	2.355.631

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 21.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revisadas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		2022	2021	2022	2021
Cidade de Deus Cia. Clal. de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	25.500.000	51.375.367	6.263.111	3.758.724	-	47,93	24.624.691	23.260.792	3.001.967	3.343.337
Bradespar (1) (4) (5) (7)	3.100.125	7.477.001	3.727.675	1.892	-	0,48	35.985	36.109	18.543	37.693
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	376.100	653.137	59.290	55.809	-	53,00	346.170	297.053	30.455	9.077
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)	8.914.795	17.176.683	1.839.282	2.522	-	0,08	13.587	12.888	1.428	1.619
Bradesco (1) (4) (5)	87100.000	158.489.735	20.983.735	14.906	-	0,14	221.856	209.764	28.394	31.843
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	-	2.820	2.820	-	-
Ágio - Cidade de Deus (6)	-	-	-	-	-	-	3.702	3.702	-	-
Total.....							25.248.611	23.823.128	3.080.787	3.423.569

- Dados relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022;
- Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
- Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,66%) e na Bradespar (12,98%);
- As demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 9 de fevereiro de 2023 e da Bradespar em 28 de março de 2023;
- A Administração possui avaliação que demonstra que a Sociedade possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;
- O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e
- Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Sociedade (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2024, no montante de R\$ 1.302.307 (2021 - R\$ 1.159.608).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras.

O valor dos tributos relacionados às obrigações fiscais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 1.078.372 (2021 - R\$ 919.912). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A Sociedade não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Movimentação das provisões

	2022	2021
No início do período	946.136	831.549
Atualizações monetárias.....	88.414	27.061
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	141.923	87.526
No final do período	1.176.473	946.136

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2022 e 2021 não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias - classe "A" (I)	528.139.238	528.139.238
Ordinárias - classe "B" (II)	24.618.495	24.618.495
Preferenciais	373.794.914	373.794.914
Total.....	726.552.647	726.552.647

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controladora"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

(III) Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.143.420, elevando-o de R\$ 11.956.580 para R\$ 13.100.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	3.172.414	3.415.858
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	726.553	726.553
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	4,37	4,70

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil		% (1)	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício.....	3.172.414	3.415.858	100,00	100,00
Reserva legal	158.621	158.621	5,00	4,65
Base de cálculo ajustada	3.013.793	3.257.237		
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (2)	1.354.560	1.450.392	45,00	44,53
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(50.392)	(217.000)	(1,64)	(6,63)
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2022	1.304.178	1.233.392	42,53	37,90
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2021	664.336	616.392	20,61	18,87

- Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
- JCP deliberados em 9 de junho de 2022 (pago em 30 de junho de 2022) e 28 de dezembro de 2022, que será pago a 8 de março de 2023; e
- Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

14) DIVIDENDOS/JCP RECEBIDOS

Referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ações Vale S.A.), no montante de R\$ 3.617.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Cofins.....	117.294	72.157
PIS.....	24.628	15.369
Outros.....	3	3
Total.....	141.925	87.529

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços de terceiros	526	44
Editais e publicações	30	112
Total.....	556	156

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA	Diretoria		
Diretor-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Alexandre da Silva Glüher Maurício Machado de Minas Octávio de Lazari Junior	Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli	Eurico Ramos Fabri Rogério Pedro Câmara Moacir Nachbar Junior
Diretor Vice-Presidente	Milton Matsumoto		
		Marcelo da Silva Rego Contador - CRC-ISP301478/O-1	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

17) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Variação monetária sobre impostos a recuperar.....	56.236	15.186
Variação monetária de contratos de mútuo	65.397	22.678
Rendimento de aplicações financeiras.....	118.611	48.517
Total.....	240.244	86.381

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3) (4)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos								
Caixa/disponibilidades	-	-	96.211	381.681	-	-	96.211	381.681
Valores a receber (Nota 9).....	1.899.139	1.691.043	-	-	-	-	1.899.139	1.691.043
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos a receber	-	-	9.881	199	877.768	7.768	887.649	7.967
Passivos								
Juros sobre o capital próprio a pagar.....	1.160.181	-	-	-	-	-	1.160.181	-
Outros passivos (Nota 11).....	-	-	330.851	294.599	971.456	865.009	1.302.307	1.159.608
Total.....								

	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Controlador (1) (4)		Influência significativa (2)		Controle conjunto e coligadas (3) (4)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receitas/(despesas) com juros	208.096	72.163	(36.253)	(12.572)	(106.446)	(36.913)	65.397	22.678
Receitas/(despesas) de Juros sobre o capital próprio.....	(1.354.560)	(857.705)	15.646	11.365	1.325.177	866.559	(13.737)	20.219

- BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");
- Bradesco, Bradespar e NCF;
- Cidade de Deus e Titanium; e
- As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	3.182.167	3.422.265
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.081.937)	(1.163.570)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	1.047.468	1.164.013
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	20.351	-
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(456.209)	(298.494)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	460.550	291.620
Outros valores.....	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.753)	(6.407)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	3.182.167	3.422.265
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.081.937)	(1.163.570)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	1.047.468	1.164.013
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	20.351	-
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(456.209)	(298.494)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	460.550	291.620
Outros valores.....	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(9.753)	(6.407)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos